

Observatório da Oposição 2025

25 DE AGOSTO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 99



Gastos fora da meta no governo Lula III

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

DEPUTADO FEDERAL
**EVAIR
DE MELO**
Vice-líder da oposição

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

Página

Gastos fora da meta no governo Lula III

01

Pedidos de recuperação judicial disparam na gestão Lula III

08

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Lula tira estatais dependentes do orçamento a força

15

CPMI do INSS - O Primeiro passo para avançar na identificação e responsabilização de quem enriqueceu ilicitamente às custas dos aposentados e do erário

22

3

MEIO AMBIENTE

Plano Clima do governo pune o agro, distorce dados e ignora o Congresso

28

4

DEFESA NACIONAL

Brasil troca cooperação militar por isolamento ideológico

36

1 ECONOMIA

Gastos fora da meta no governo Lula III

O governo Lula III tenta jogar a culpa da má gestão fiscal em governos passados. Esquece, no entanto, que medidas arrecadatórias mais do que cobririam todo gasto fora da meta e que decisões da atual gestão são as verdadeiras responsáveis pelo desequilíbrio das contas públicas.

1. Gastos Extraordinários e a falsa narrativa de “Herança Maldita”

O terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva tem registrado gastos **fora da meta fiscal** (despesas excluídas do cálculo do resultado primário) que totalizam cerca de R\$ 387,8 bilhões até 2026. O Ministério da Fazenda, porém, argumenta que “87%” desse montante seria “herança” do governo Bolsonaro. Essa narrativa, no entanto, não para de pé ao se observar o que efetivamente foi gasto pela atual gestão. Na realidade, grande parte das despesas fora da meta decorre de decisões deliberadas e conscientes do atual governo, em um atropelo às regras fiscais e a boa gestão pública.



Para mostrar isso, detalhamos abaixo os gastos fora da meta feitos até o momento:

- **R\$ 145 bilhões** pela PEC da Transição,
 - ➔ Sob o pretexto de custear R\$ 52 bilhões referentes ao aumento do Bolsa Família, o governo recebeu um waiver de 145 bilhões.
 - ➔ Os recursos foram utilizados para dar aumento aos servidores, aumentar o bolsa família além do que já se prometia em 2022, expandir o salário mínimo, elevar os gastos com o farmácia popular e subir gastos diversos em diferentes Ministérios e órgãos.
 - ➔ Na prática, essa PEC foi usada para elevar de forma permanente o nível de gastos federais, colocando o Brasil em uma rota insustentável de crescimento dos gastos e revertendo o superávit de 2022.
- **R\$ 3,86 bilhões** da Lei Paulo Gustavo para apoiar o setor cultural.
- **R\$ 29,02 bilhões** para enfrentar a tragédia climática no Rio Grande do Sul em 2023 e **R\$ 0,12 bilhão** referente a renúncias fiscais para a mesma finalidade;
- **R\$ 1,43 bilhão** como auxílio contra queimadas;
 - ➔ Excepcionalizada pelo STF, por meio do Ministro Flávio Dino, esses recursos não foram acomodados na banda inferior da meta.
- Ajustes para o PAC em 2024 e 2025: **R\$ 1,90 e R\$ 1,47 bilhão**, respectivamente;
- **R\$ 1,31 bilhão** referentes ao teto do judiciário;
- **R\$ 192 bilhões** para quitar precatórios atrasados;
 - ➔ Além disso, o governo limitou a possibilidade de se utilizarem recursos de precatórios para concessões e outorgas, diminuindo o fluxo de quitação de precatórios para se fazer caixa no curto prazo. Isso fez com que o saldo de precatórios fosse severamente ampliado.
 - ➔ **O governo Lula acabou sendo o maior beneficiário da PEC dos Precatórios**, que contou com apoio massivo do PT. Com a PEC de Transição, o governo poderia ter anulado a PEC dos Precatórios, já que era tão contrário ao seu conteúdo. No entanto, preferiu usar o espaço fiscal extra para gastar mais.

- Um exemplo disso está na antecipação do pagamento de precatórios de 2024 para 2023 - um ano em que se pode gastar tudo que se desejasse - para alcançar artificialmente a meta em 2024 e elevar o gasto naquele ano.

- **R\$ 9,5 bilhões do programa “Brasil Soberano”;**

- Como já analisado no [ROP 97](#), o governo incluiu diversos jabutis desconectados do auxílio contra o tarifaço que elevaram consideravelmente o custo das medidas de ajuda. Ou seja, o governo aproveita, mais uma vez, uma calamidade para promover uma agenda de gastos fora das regras fiscais.
- Pela redação do PLP 168/25, apresentado pela liderança do governo, também se permitem gastos ainda maiores fora da meta sem autorizações posteriores pelo Congresso. É uma porteira aberta para se colocarem recursos em fundos extraorçamentários que serão usados em políticas que deveriam constar no orçamento público.

- **Pagamento de 3,31 bilhões fora da meta para “ressarcir” aposentados roubados no INSS.**

- Destacamos que a medida, em vez de obrigar uma devolução por parte dos sindicatos aos aposentados roubados, retira recursos públicos para fazer o ressarcimento. Tal escolha isenta os culpados pelo roubo e prejudica o erário.

- **Banda Inferior da Meta**

- Apesar de não ser formalmente uma fuga à meta fiscal, a criação da banda inferior da meta sob o pretexto de se acomodarem eventos extraordinários na gestão fiscal permitiu que **o governo acomodasse quase R\$ 90 bilhões de gastos a mais durante sua gestão.**

- Ainda assim, eventos realmente extraordinários sempre foram retirados da contabilidade oficial. Portanto, a banda foi totalmente desvirtuada e se tornou apenas uma elevação do gasto.

- Para piorar, como nos contingenciamentos o governo sempre mira na banda inferior da meta, não há flexibilidade para acomodar nenhum gasto extra. Dessa forma, a banda não cumpre sua função e acaba por validar uma gestão mais frouxa do gasto público.

- **Truques Fiscais**

- **Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais:** esse fundo criado pela reforma tributária custará cerca de R\$ 18 bilhões. Apesar de ter natureza claramente primária, ele foi enquadrado como despesa financeira e, portanto, fora da contabilidade da meta.

➔ **Pé de meia:** o programa rodou fora da meta com o uso de fundos.

➔ **Auxílio Gás:** tentativa de usar recursos do petróleo para pagar o auxílio gás fora do orçamento por meio da Caixa Econômica Federal.

2. Esforço Arrecadatório: R\$ 430 bilhões em Receitas Extras

Em paralelo à alta de gastos, o governo Lula III implementou um amplo pacote de medidas arrecadatórias para turbinar a receita federal. [Segundo estudo técnico do Senado](#), desde janeiro de 2023 foram editados diversos atos normativos que aumentaram ou criaram tributos.

De forma conservadora, **o estudo calcula um acréscimo total de aproximadamente R\$ 428,9 bilhões** na arrecadação federal de 2023 a 2027. Trata-se de um esforço de receitas extraordinárias equivalente a 3,7% do PIB. Em outras palavras, o governo buscou reforço de caixa, elevando a carga tributária sob a população, ao mesmo tempo que abandonava a agenda de contenção de gastos.

As fontes desse ganho arrecadatório abrangem uma série de medidas. A nota detalha 12 medidas que geraram aumento de receita sem contrapartida da redução de outras receitas. Esclarecemos que a nota não cobre todas as medidas, já que não considera aumentos como a reversão da redução do adicional de frete da marinha mercante feita logo no início da gestão Lula III.

Ainda assim, o caráter permanente dessas medidas é evidente. Muitas delas começaram a vigorar em 2023, mas produziram efeitos ainda maiores em 2024 e 2025, ampliando a base de arrecadação. Em 2025, por exemplo, estimam-se impactos adicionais superiores a R\$ 140 bi na receita graças a mudanças tributárias já adotadas.

Esse reforço de aproximadamente R\$ 430 bilhões em receitas extras seria, em tese, mais do que suficiente para cobrir todos os gastos extraordinários fora da meta fiscal discutidos na seção anterior, que foram estimados em R\$ 389,2 bilhões. No entanto, os quase R\$ 100 bilhões de gastos a mais da banda inferior da meta e dos truques fiscais colocam o país em déficit e elevam a dívida pública.

Ou seja, se o governo não tivesse elevado tão fortemente as despesas, o ganho de arrecadação proveniente dessas medidas compensatórias cobriria com folga qualquer programa ou passivos “herdados”, além das contingências climáticas e econômicas vividas. **Comprova-se, assim, que o desajuste fiscal atual decorre muito mais do aumento expressivo do gasto público do que da escassez de receitas.**

3. Impacto dos Gastos Extraordinários na Dívida Pública

O efeito colateral mais preocupante da política fiscal expansionista é a aceleração do endividamento público. As despesas fora das regras fiscais pressionam diretamente a dívida do governo. [Projeções da Instituição Fiscal Independente \(IFI\)](#) indicam que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) saltará de 71,7% do PIB (patamar registrado ao fim de 2022, último ano do governo Bolsonaro) para algo em torno de 82% a 84% do PIB ao final de 2026.



Essa deterioração representa um aumento de **10 a 12 pontos percentuais na razão dívida/PIB em apenas um mandato**, uma expansão equivalente a **cerca de R\$ 1,2 trilhão a mais em dívida bruta** acumulada no período.

Analistas alertam que essa trajetória ascendente compromete a sustentabilidade fiscal: mantido o curso atual, o Brasil poderá ultrapassar 90% do PIB em dívida antes do fim da década e [100% em torno de 2030](#). Nota-se que o endividamento público está crescendo mais rápido do que a economia, sinalizando desequilíbrio estrutural.

O acréscimo de gastos primários de quase R\$ 0,5 trilhão em quatro anos contribui diretamente para essa alta da dívida porque amplia os déficits que precisam ser financiados com emissão de títulos. A queda de confiança na gestão fiscal foi tão grande que a previsão para a taxa Selic passou de 7,5% (medida ao final de 2022) para 15%.

Some-se a isso o efeito bola de neve dos juros altos, que são impulsionados justamente por esse descontrole fiscal. O que se observa, é que a política fiscal frouxa do governo Lula III, marcada por déficits primários sucessivos e exceções recorrentes, reverteu a relativa estabilidade da dívida observada pós-2018 e recolocou o Brasil numa trajetória de crescimento acelerado do endividamento.

4. Arrecadação Recorde não gera estabilidade

A arrecadação federal vem crescendo com novos recordes sendo anunciados a cada mês. Apesar de ser comemorada pela equipe econômica, os dados mostram que a carga tributária sob a população está em amplo crescimento, reduzindo a renda disponível dos brasileiros que já têm de lidar com a perda de poder de compra gerado pela inflação.

Em julho de 2025, o governo registrou a maior arrecadação da história para esse mês, somando R\$ 254,2 bilhões em receitas federais. O valor representou um crescimento real de 4,6% sobre julho do ano anterior e foi recorde desde que se iniciaram as séries em 1995. No acumulado de janeiro a julho de 2025, a arrecadação atingiu R\$ 1,68 trilhão, também recorde histórico em termos reais para o período.

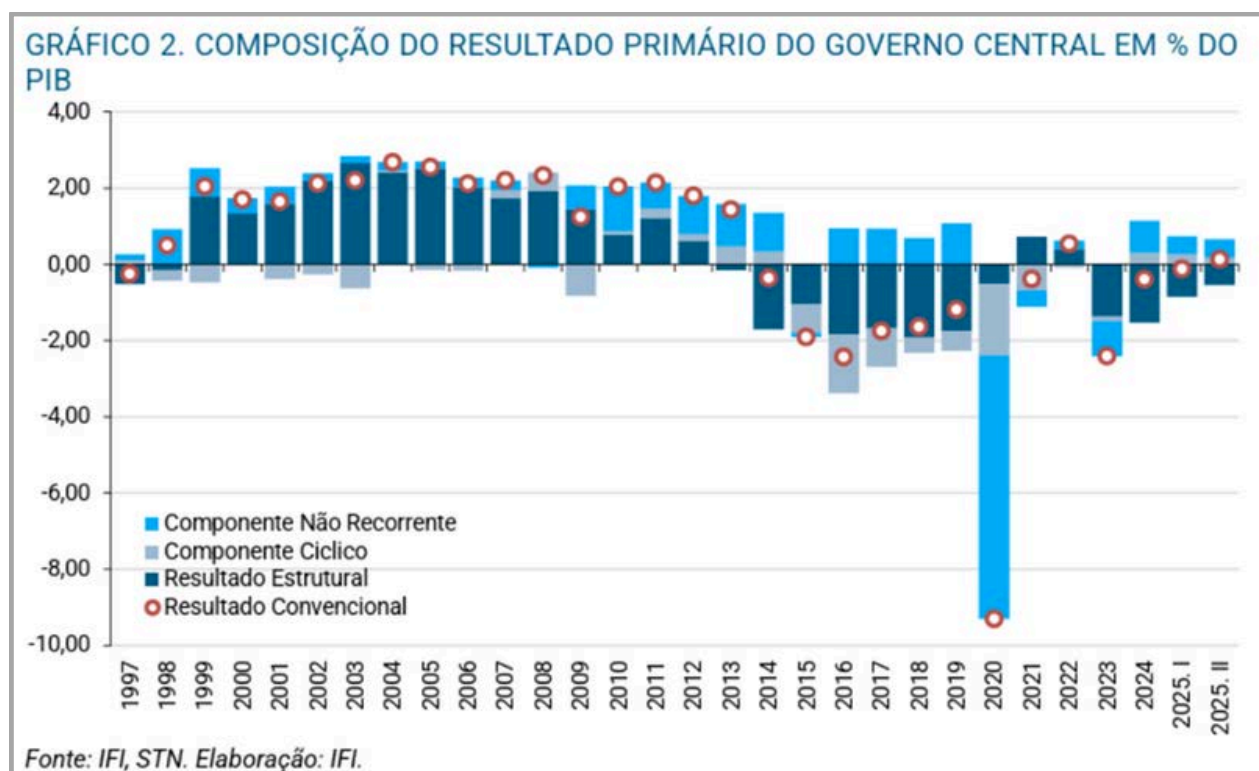
Diversos fatores explicam esse desempenho. Um dos principais foi o aumento das alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) decretado pelo governo: apenas em julho, o IOF rendeu R\$ 6,5 bilhões, um salto de 13% acima da inflação em relação a 2024. Vale notar que esse impacto ainda foi parcial, pois o Decreto elevando o IOF voltou a vigorar somente a partir de meados de julho, após decisão do STF. Com isso, a expectativa é de acréscimo de cerca de R\$ 12 bilhões na arrecadação de 2025 graças a essa medida.

Além do IOF, houve novas fontes de receita: a tributação das apostas online ("bets") implementada pelo governo já acrescentou R\$ 928 milhões somente em julho. Também ocorreu uma receita atípica de aproximadamente R\$ 3 bilhões em julho de IRPJ/CSLL vindos de lucros elevados nos setores de mineração, financeiro e petróleo. Ainda se observou aumento das contribuições da Previdência Social (+3,4% real em julho) e do PIS/Cofins (+2,9% real).

Apesar dessa arrecadação desproporcional, o resultado fiscal permanece deficitário. Mesmo com receitas em alta, o governo central continua gastando mais do que arrecada em bases ajustadas. [No acumulado de 2025 até julho](#), por exemplo, ainda se contabilizava um déficit primário de aproximadamente R\$ 68,1 bilhões (valores constantes de julho).

Ou seja, nem mesmo a receita recorde impediu que as contas públicas permaneçam no vermelho. O governo Lula III projeta formalmente zerar o déficit primário em 2025, mas pretende fazê-lo sem cortes significativos de gastos, [confiando quase integralmente no aumento da arrecadação para fechar o gap fiscal](#).

Essa estratégia eleva a carga tributária a patamares exorbitantes: em 2024, a carga atingiu 34,24% do PIB, a mais alta da história brasileira. **O aumento da carga tributária melhorou temporariamente os números, mas o déficit estrutural (o déficit que desconsidera receitas e despesas extraordinárias) persiste**, pois os gastos obrigatórios e ampliados consomem mais do que a receita perene adicional. Com isso, vemos que o governo reverteu o superávit estrutural de 2022 e se mantém em déficit estrutural desde então.



Pedidos de recuperação judicial disparam na gestão Lula III

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR
DE MELO
Vice-líder da oposição

Enquanto pedidos de recuperação judicial crescem no país, governo ignora problemas vividos pelas empresas e joga gasolina na fogueira das recuperações judiciais com o aumento do IOF sobre os pequenos e médios empresários

1. Introdução: Alta Histórica nos Pedidos de Recuperação Judicial

O Brasil registrou em 2024 o maior número de pedidos de recuperação judicial da série histórica recente. [Foram 2.273 solicitações no ano, um salto de 61,8% em relação a 2023](#). Esse volume supera inclusive o observado no auge da recessão de 2016. Os números praticamente triplicaram do fim do governo Bolsonaro para 2024.



Apenas nos primeiros três meses de 2025 já houve 471 pedidos, sinalizando que a tendência de alta continua. Especialistas apontam que 2024 marcou o pico da última década em termos de empresas buscando recuperação judicial para evitar a falência.



Apesar desse cenário de clara deterioração do mercado, o Ministro do Trabalho, que deveria se preocupar com a saúde financeira das empresas, deu a seguinte declaração:



*“Confesso que eu não avaliei as falências, as concordatas [que hoje são as recuperações judiciais ou extrajudiciais] neste ano. **Aqui pode acontecer várias coisas, pode ter desde incompetência, má gestão**”*

Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego.

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR DE MELO
Vice-líder da oposição

Essa total indiferença com o cenário desafiador que as empresas se encontram é uma das marcas de um governo que acredita que dar suporte para micro e pequenas se resume a direcionar crédito e endividá-las. A gestão Lula III não compreende que as empresas, sobretudo as micro, pequenas e médias, são motores de emprego e de dinamismo da economia e que, portanto, uma deterioração do ambiente de negócios pode prejudicar o emprego futuro e o crescimento do país.

2. Cenário atual das Falências

Além dos pedidos de recuperação judicial, as falências decretadas também vem aumentando. Dados da Serasa Experian mostram crescimento consistente desde 2021: foram 622 empresas falidas em 2021 contra 780 em 2024, [uma alta acumulada de 25%](#). Embora nem todos os pedidos de falência resultem em decretação, o movimento geral reflete dificuldades crescentes.

Vale notar que, diferentemente dos pedidos de recuperação, os pedidos de falência diminuíram ligeiramente em 2024 (-3,5% frente 2023), possivelmente porque mais empresas optaram pela recuperação judicial [como tentativa de sobrevivência](#). Ainda assim, o aumento nas falências efetivamente decretadas indica um ambiente empresarial desafiador.

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR
DE MELO
Vice-líder da oposição



3. Setores e Negócios Mais Afetados

As micro e pequenas empresas são as mais impactadas pela atual onda de insolvências. Elas responderam por cerca de 72% de todos os pedidos de recuperação judicial em 2024. De janeiro a agosto de 2024, **os pedidos de recuperação desses pequenos negócios dobraram** em relação ao mesmo período do ano anterior (1.062 contra 529, alta de 100,8%). **No ano completo de 2024, foram 1.676 pedidos por micro e pequenas empresas, um aumento de 78,4%** sobre 2023. Também houve crescimento nos pedidos entre empresas de médio porte (+33,3% no mesmo período) e grandes empresas (+52,9%).



Obs.: Dado referente ao acumulado de janeiro a agosto de cada ano.

Setorialmente, no acumulado de janeiro a agosto, o setor de serviços liderou os requerimentos de recuperação judicial em 2024, com 928 pedidos, seguido pelo comércio (575 solicitações). Juntos, esses dois setores representaram cerca de 2/3 dos casos, evidenciando que negócios como restaurantes, varejo, transporte, turismo e outros serviços estão sob forte pressão financeira. A indústria e o setor primário responderam pelo restante, cada uma com aproximadamente 16% dos pedidos de recuperação.

Quando olhamos para o agregado do ano, o agronegócio em particular vivencia uma explosão de recuperações judiciais: o número de pedidos saltou 138% em 2024 (passando de 534 em 2023 para 1.272 em 2024). O ano de 2025 parece trilhar o mesmo caminho, já que no 1º semestre deste ano, os produtores rurais protocolaram 700 pedidos de recuperação, frente a 320 no mesmo período de 2024 – uma alta de 45%.

4. Por que os Pedidos de Recuperação Judicial Dispararam?

Diversos fatores econômicos explicam a disparada dos pedidos de recuperação judicial a partir de 2023. Analistas citam uma combinação de **inflação de demanda, juros elevados e incertezas internas e externas** como motor do salto nos requerimentos. Em outras palavras, empresas de todos os portes vêm enfrentando custos crescentes, dificuldade de financiamento e um ambiente de negócios volátil, o que compromete sua saúde financeira.

Um dos principais vilões apontados é a taxa de juros elevada. Após o choque inflacionário do pós-pandemia, o Banco Central manteve os juros básicos (Selic) em patamar alto por um período prolongado para conter a inflação.

A piora do cenário fiscal e o crescimento da inflação no período Lula também impulsionam juros mais altos. Lembramos que a previsão de taxa de juros para este ano antes da eleição de 2022 era de 7,5%. Com as decisões da atual gestão e o consequente aumento da inflação, essa taxa se elevou para 15%. Essa conjuntura levou muitas empresas endividadas a uma situação insustentável: quem entrou em inadimplência e não conseguiu reverter acabou recorrendo à recuperação judicial como única saída para evitar a falência.

Além dos juros altos, a própria inflação — que encerrou 2024 em 4,83%, ligeiramente acima da meta de 4,5% — corroeu as margens de lucro e encareceu insumos. Setores como o agronegócio sofrem com o aumento no preço de insumos (fertilizantes dolarizados e combustíveis).

Eventos climáticos adversos também contribuíram: no Rio Grande do Sul, enchentes em 2023 e 2024 levaram a um aumento local de 188% nos pedidos de RJ no primeiro semestre de 2024.

Por fim, incertezas políticas e externas também pesaram na confiança. Oscilações nas regras fiscais, mudanças tributárias em discussão e até disputas comerciais globais (como um *tarifaço* recente imposto pelos EUA sobre produtos brasileiros) criaram um cenário de imprevisibilidade. Essa falta de previsibilidade dificulta o planejamento empresarial e afeta investimentos, deixando as empresas mais expostas a choques.

5. Aumento do IOF

Apesar do cenário já difícil de juros elevados, em 2025 ocorreu um fator adicional de pressão: o governo federal aumentou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre empréstimos, uma medida que afeta diretamente o custo do crédito, especialmente para micro e pequenas empresas. **Ou seja, apesar do cenário já desafiador e conhecido, o governo decidiu elevar o custo de crédito das empresas para cobrir o rombo fiscal que ele mesmo gerou.**

Em julho de 2025, foi restabelecido um decreto que elevou o teto anual do IOF de 1,88% para 3,38% nas operações de crédito empresarial. Para empresas optantes do regime do Simples Nacional, a alíquota fixa saltou de 0,38% para 0,95%, e a alíquota adicional diária dobrou de 0,00137% para 0,00274%. [A frase de Charles Gularte ao portal Infomoney resume o problema da medida:](#)



A diferença já é perceptível na ponta do lápis: um empréstimo de R\$ 10 mil, que antes tinha IOF de até R\$ 188, agora pode chegar a R\$ 395. No caso das empresas do Simples, o valor sobe de R\$ 88 para R\$ 195. “A alíquota praticamente dobrou. Isso afeta o custo dos produtos e, conseqüentemente, o preço que o consumidor irá pagar”

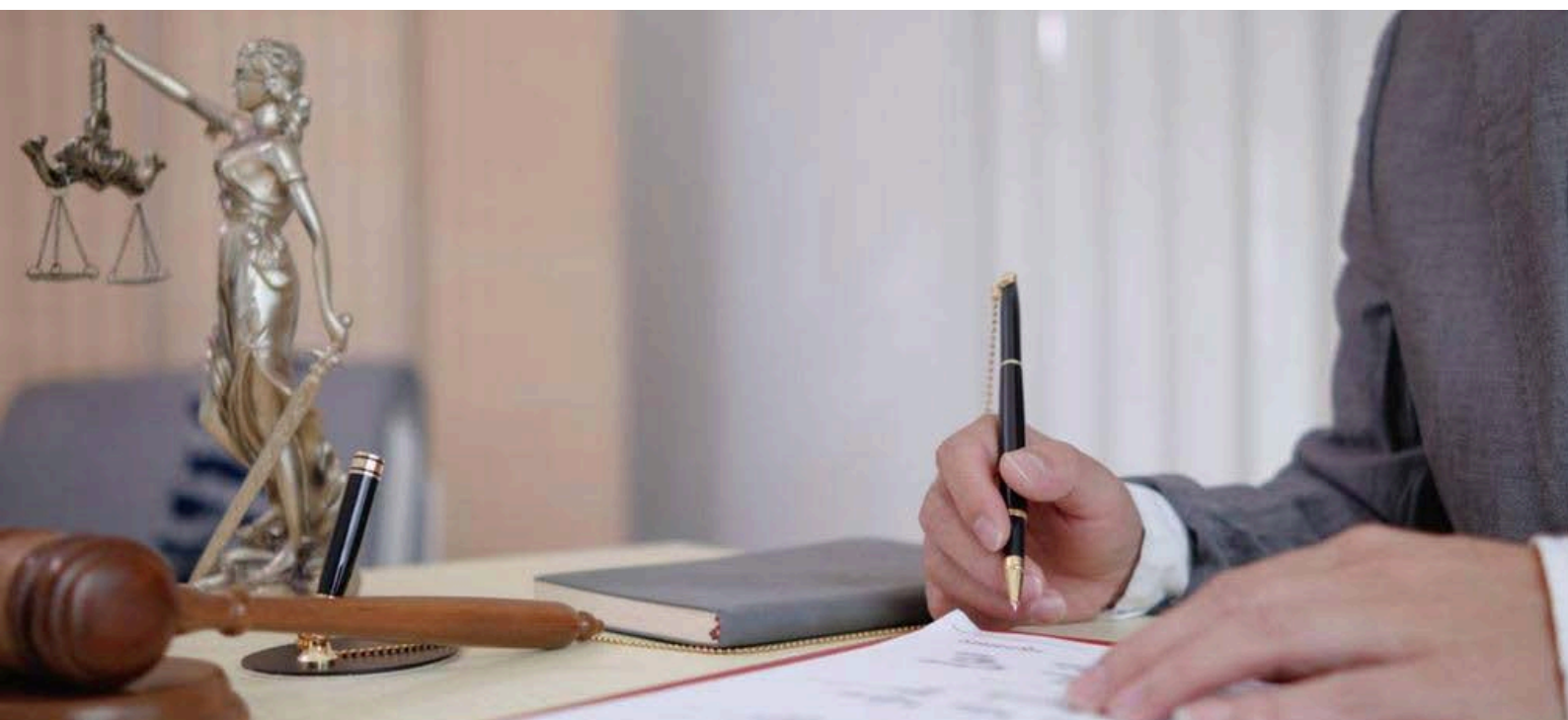
Charles Gularte, [Infomoney](#)

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR
DE MELO
Vice-líder da oposição

Analistas comparam o impacto desse “tarifaço do IOF” a um novo aperto monetário. [Segundo estimativas da XP Investimentos](#), essa medida equivale a elevar a Selic em **0,25 a 0,5 ponto percentual** – ou seja, seria como se a taxa básica subisse de 15% para algo em torno de 15,25/15,5% ao ano em termos de efeito no custo financeiro. A **Febraban (Federação dos Bancos)** calcula que, somente pelo aumento do IOF,

o **custo efetivo total do crédito pode subir até 40%** em algumas operações de curto prazo. E o efeito é mais severo justamente para **micro, pequenas e médias empresas**, que têm menos acesso a linhas baratas, dependem mais de crédito para capital de giro e já estão vivendo um aumento dos processos de recuperação judicial.

Na prática, o aumento do IOF por parte do governo foi jogar gasolina na fogueira das recuperações judiciais do país. Caso a estabilidade fiscal, da inflação e dos juros não seja restabelecida, empresas por todo país poderão fechar - e muitos empregos serão perdidos.



2 TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Lula tira estatais dependentes do orçamento a fórceps

Governo completa o seu plano sorrateiro para retirar do Orçamento Fiscal da União gastos de empresas estatais dependentes. Pode apostar que dinheiro público vai ser mal gasto em ano eleitoral. É mais uma artimanha para driblar o arcabouço fiscal. Medidas também permitem manter os Correios fora do Orçamento mesmo recebendo recursos da União para seu custeio.

Estatais dependentes são empresas que recebem da União ou do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral. Isso está definido na Lei de Responsabilidade Fiscal.



Historicamente, por força das Leis de Diretrizes Orçamentárias, que são anuais, todas as receitas e despesas dessas empresas, independente da origem das receitas, são inseridas no Orçamento Fiscal da União. Assim, suas receitas e despesas são contabilizadas no cálculo do resultado primário do Governo Central e suas despesas são contabilizadas para efeito do limite de despesas criado no novo arcabouço fiscal (como eram também no tempo do Teto do Gasto).

Trata-se de uma medida de disciplina fiscal importantíssima. Se a empresa não é capaz de se sustentar sozinha, na prática ela é uma autarquia, e como tal, deve estar dentro do orçamento. Se ela recebe recursos oriundos da arrecadação tributária, dinheiro do contribuinte, para pagar seus empregados e tocar suas operações, se ela está disputando recursos fiscais com políticas públicas orçamentárias, suas receitas e gastos devem ser controlados de perto pela gestão orçamentária e fiscal do governo e do Congresso Nacional. Suas receitas próprias devem contribuir para o bolo do resultado primário. Isso também aumenta a transparência da aplicação dos recursos recebidos da União por essas empresas.

A operação financeira das estatais dependentes é engessada, realizada através dos mesmos sistemas orçamentários e financeiros dos órgãos públicos da Administração direta. É uma sistemática disciplinadora que, entre outras coisas, cria desconfortos que servem de incentivo para que as empresas busquem sair da condição de dependência. Se elas não conseguem sair é porque são autarquias, não empresas, e como tal, repita-se, devem se submeter ao Orçamento Fiscal ou serem extintas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 introduziu a possibilidade de as empresas dependentes apresentarem um Plano de Sustentabilidade Econômica e Financeira, com vistas à revisão de sua classificação de dependência. Entretanto, apenas estatais dependentes que (i) não tivessem recebido ou utilizado recursos do Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal e de custeio em geral ou (ii) que tivessem apresentado superávit financeiro de receitas próprias superior ao montante de recursos recebidos ou utilizados poderiam apresentar esse plano. Ainda assim, durante a vigência do plano, a empresa seguiria com suas despesas integralmente dentro do Orçamento Fiscal.

Abria-se um caminho de saída da condição de dependência, para empresas que apresentassem sinais robustos de que conseguiriam se sustentar sozinhas, mas, ainda assim, a saída de suas despesas do orçamento não seria imediata.

A LDO mantinha, como em todos os anos, que as empresas estatais não dependentes poderiam receber do Tesouro Nacional recursos apenas a título de: participação acionária; contraprestação pelo fornecimento à União de bens ou prestação de serviços; pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e transferência para aplicação em programas de financiamento.

Mas Lula quer liberar o gasto das estatais dependentes no ano eleitoral. O povo brasileiro sabe, desde o Mensalão e o Petrolão, como os governos petistas usam os recursos das estatais em benefício de seu projeto de poder. Não está sendo diferente neste governo. Os gastos com publicidade das estatais foram às estrelas, inclusive os gastos de empresas em dificuldades, como os Correios.

Aliás, a situação dos Correios foi bem explorada no nosso ROP de número 95. Mostramos como, em dois anos, a gestão petista quebrou a empresa com prejuízos bilionários e a colocou muito perto de se tornar uma estatal dependente.

Então, o governo propôs na LDO de 2025 um dispositivo que:

- (i) permite que estatais não dependentes recebam da União recursos por conta de contrato de gestão, sem que isso configure a condição dependente da empresa;
- (ii) que as empresas que tenham contrato de gestão firmado com a União, dependentes ou não dependentes, tenham no Orçamento Fiscal apenas as despesas realizadas com os recursos recebidos do Tesouro Nacional; e
- (iii) autoriza o Poder Executivo a publicar decreto regulamentando a transição de empresas estatais dependentes, que estão no Orçamento Fiscal, para o Orçamento de Investimento, que é a peça orçamentária das empresas não dependentes.

Vamos deixar mais claro o jargão técnico. O dispositivo permitiu que estatais não dependentes (como os Correios) recebam recursos do Tesouro Nacional, fora das hipóteses anteriormente existentes, e não sejam consideradas dependentes. Para isso, basta firmar um contrato de gestão com a União. Além disso, autorizou também que, através de decreto, Lula estabelecesse as regras para que estatais dependentes façam a transição da condição de dependência, caracterizada pela sua inclusão no Orçamento Fiscal, para a condição de não dependência, caracterizada pela sua inclusão no Orçamento de Investimento.

E mais, estabeleceu que as empresas que firmem o contrato de gestão com a União submetam ao Orçamento Fiscal apenas as despesas realizadas com os recursos recebidos do Tesouro Nacional. Assim, tanto estatais não dependentes quanto as estatais dependentes que firmem contrato de gestão com União deixarão fora do Orçamento Fiscal suas [despesas financiadas com recursos próprios](#). Portanto, no caso das estatais dependentes, parte das suas despesas serão realizadas fora dos controles e sistemas da Secretaria do Orçamento Federal e da Secretaria do Tesouro Nacional, menos sujeitos à transparência e ao escrutínio do Congresso Nacional e da sociedade.

Observe-se que o contrato de gestão já era previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal para que as empresas executassem políticas públicas, com recursos da União, sem perder autonomia orçamentária e financeira. Mas, certamente, quando isso foi concebido no ano 2000, seu propósito não era retirar despesas de estatais dependentes do Orçamento Fiscal.

Trata-se de uma reviravolta no tratamento que historicamente foi aplicado aos gastos das estatais dependentes, além de abrir espaço para estatais não dependentes receberem recursos do Tesouro e não passarem à condição de dependência.

Esta oposição, antevendo o que estava por vir, apresentou emenda no processo de tramitação da LDO para suprimir esse dispositivo. Fez tudo o que estava ao seu alcance para que essa brecha não fosse aberta, mas foi vencida.

Em junho, Lula publicou o decreto abrindo a caixa de pandora ([Decreto nº 12.500, de 11 de junho de 2025](#)). Escancarou qual era o seu propósito com o dispositivo da LDO. O decreto trata preponderantemente da saída de estatais dependentes do Orçamento Fiscal por meio dos contratos de gestão. Trata também do recebimento de recursos do Tesouro por estatais não dependentes, afastando sua classificação como dependente. Com isso, se flexibiliza a aplicação de um dos conceitos mais severos da Lei de Responsabilidade Fiscal: o conceito de estatal dependente.



O decreto criou o Índice de Sustentabilidade Financeira – ISF, indicador supostamente utilizado para avaliar a capacidade das empresas estatais federais dependentes de se sustentarem financeiramente sem aportes regulares do Tesouro Nacional. O índice corresponde à relação entre as receitas próprias ordinárias da empresa estatal, aquelas não recebidas do Tesouro Nacional, e as despesas operacionais, incluídos os gastos com pessoal e demais itens de custeio da empresa.

O Decreto estabeleceu que estatal dependente com ISF igual ou superior a 0,4 poderá propor plano de sustentabilidade econômica e financeira, com o objetivo de promover o processo de transição para a classificação como não dependente.

Ou seja, se o que a empresa tem de receitas próprias corresponde a apenas 40% das suas despesas operacionais, ela já pode começar a caminhada para ser considerada não dependente, mesmo tendo 60% dos seus gastos pagos pelo Tesouro Nacional (!!), com o dinheiro do contribuinte. Esse índice será calculado com a média de receitas e despesas dos três últimos exercícios.

O plano de sustentabilidade econômica e financeira será implementado (advinha como?) pelo contrato de gestão adicionado na LDO 2025. O plano terá prazo de vigência de 5 anos, podendo ser prorrogado por mais cinco anos, bastando apenas que nos primeiros cinco anos haja alguma evolução do percentual de receitas próprias em relação às despesas operacionais.

De acordo com o decreto, através de seu plano, a empresa não precisará assumir qualquer compromisso de austeridade, ganho de eficiência ou redução de custos ou despesas. Basta apenas: (i) apresentar um diagnóstico da sua situação econômico-financeira; e (ii) apresentar o “planejamento das ações propostas, no qual serão demonstradas a viabilidade do plano para alcançar o equilíbrio financeiro no prazo preestabelecido”.

Em 18 de agosto, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria interministerial que operacionaliza o decreto e dá a partida para que as estatais dependentes apresentem seus planos. A portaria deixa ainda mais claro que a estatal deve se empenhar em buscar receitas, mas não precisa assumir qualquer compromisso de redução de custos e despesas. A portaria também define o que é receita própria ordinária para efeito do cálculo do ISF. Adotou-se um conceito elástico, que vai além das receitas operacionais e abarca receitas financeiras e mutações patrimoniais de ativos.

Ou seja, uma estatal que hoje depende dos recursos do Tesouro para cobrir 60% das suas despesas operacionais, pode apresentar um plano para conseguir equilíbrio financeiro em cinco anos, sem obrigações de redução de despesas,

baseado em aumento de receitas, que ninguém consegue assegurar que vão existir. A empresa tem apenas que conseguir melhorar um pouco suas receitas próprias versus despesas operacionais para conseguir mais cinco anos nessa condição. Dessa forma, desde a aprovação do plano, adquire a prerrogativa de gastar todas as receitas próprias fora do orçamento fiscal, como se não dependente fosse. É um escárnio! São 10 anos recebendo recursos do Tesouro e realizando gastos fora do orçamento da União.

Ao fim dos cinco, ou dos dez, anos de implementação do plano de sustentabilidade econômica e financeira via contrato de gestão, a empresa poderá ser declarada não dependente se tiver receitas próprias igual ou superior a 105% das suas despesas operacionais.

Não se trata apenas de contornar o conceito de estatal dependente da LRF. Se trata também de retirar, pela enésima vez, despesas da contabilização da meta de primário e do limite de despesas. Mais uma vez o governo burla as regras que ele mesmo propôs.

Mas não é só isso. O decreto e a portaria tratam também do recebimento de recursos do Tesouro por estatais não dependentes. Estabelecem que a empresa que receber aportes para aumento da participação acionária e utilizar esses recursos para o pagamento de despesas com pessoal e de custeio em geral, ao invés de serem enquadradas como empresas dependentes na forma da LRF, passam a ter a prerrogativa de apresentar plano de reequilíbrio econômico-financeiro, com prazo de dois anos. Durante esse tempo, a empresa continua sendo considerada estatal não-dependente. Menos mal que, pelo menos nesse caso, há uma breve menção a ajustes das despesas.

Importante lembrar que a LDO deu a essas estatais não dependentes a possibilidade de receber recursos do Tesouro Nacional via contrato de gestão, executá-los dentro do Orçamento Fiscal, e seguirem como não dependentes.

Registre-se que a remuneração de dirigentes de estatais dependentes está submetida ao teto constitucional de remuneração dos servidores públicos, que é a remuneração dos ministros do STF. A remuneração de dirigentes de estatais não dependentes não está submetida a esse teto. Então, o dispositivo da LDO abriu a possibilidade de estatais não dependentes receberem recursos do Tesouro para suas despesas de pessoal e de custeio e seguirem pagando altos salários a seus dirigentes. Essa possibilidade legal foi, por hora, vedada no decreto de Lula para as empresas com plano de reequilíbrio econômico-financeiro. Mas, nada impede que ele altere isso numa canetada.

Com esse novo arcabouço sobre a relação das estatais dependentes e não dependentes com o Orçamento Fiscal, foi dado ao governo os instrumentos para lidar com a situação dos Correios. Até o primeiro trimestre de 2025, a empresa completou onze trimestres de prejuízos contábeis. Somente no primeiro trimestre de 2025, os Correios tiveram um prejuízo de R\$ 1,7 bilhão, atingindo R\$ 5,5 bilhões de prejuízos acumulados e ficando com o patrimônio líquido virado, negativo em R\$ 6 bilhões. Em 2024, o fluxo de caixa operacional da empresa ficou negativo em R\$ 2,35 bilhões. A empresa está quebrada e não está conseguindo sustentar sua operação com as próprias receitas. Ela vai precisar de aportes do Tesouro.

O presidente petista da empresa pediu demissão, mas ainda não foi designado um sucessor. A empresa anunciou a criação de um marketplace. Pretende concorrer com Amazon, Mercado Livre, Magalu, Shopee. Vai entrar num mercado altamente competitivo, onde as margens são apertadas, para concorrer com empresas de quem deveria ser fornecedora de logística. As chances de êxito nesse empreendimento são baixas, principalmente considerando as deficiências que os Correios têm hoje em sua operação logística, por falta de investimentos e baixa eficiência. Nesse quadro, o balanço da empresa no segundo trimestre ainda não foi divulgado.

A classificação dos Correios como estatal dependente e a inclusão de seu dispêndio de R\$ 30 bilhões no Orçamento Fiscal e no limite de despesas seriam desafiadoras. Já se esperava que o governo tentasse alguma alquimia para afastar isso. Agora está mais claro o caminho: os Correios vão firmar contrato de gestão com a União e apresentar plano de reequilíbrio financeiro. Vai receber aportes bilionários do Tesouro para pagar empregados e saldar desequilíbrios com seu fundo de previdência, enquanto seguirá sendo considerado empresa não dependente, realizando gastos bilionários fora do Orçamento Fiscal.

Mais uma vez, as artimanhas de Lula e do PT ludibriam a Lei de Responsabilidade Fiscal, burlam o arcabouço fiscal por eles proposto e facilitam o uso de estatais para realizar gastos fora do Orçamento Fiscal, especialmente em ano eleitoral.



CPMI do INSS - O primeiro passo para avançar na identificação e responsabilização de quem enriqueceu ilicitamente às custas dos aposentados e do erário

Oposição consegue importante conquista para o povo brasileiro ao garantir a eleição do Senador Carlos Viana (Podemos/MG) para presidir a CPMI do INSS, que atribuiu a relatoria ao Deputado Alfredo Gaspar (União Brasil/AL)

A oposição ao governo no Congresso Nacional conseguiu derrubar os parlamentares indicados, com o apoio do governo, para presidir e relatar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI destinada a apurar as fraudes no INSS, ganhando espaço para que o colegiado possa ter condições de promover um processo investigativo imparcial na busca pelos verdadeiros responsáveis pelo roubo aos aposentados brasileiros.



Trata-se não só de uma vitória da oposição ao governo, mas, principalmente, dos aposentados que foram vítimas de um sistema construído para tirar proveito financeiro de pessoas vulneráveis, roubando parte do pouco que recebem para sua subsistência.

A investigação é fundamental para identificar e corrigir falhas na gestão do INSS, aprimorando os mecanismos de controle e fiscalização do órgão, além de buscar a identificação de todos os envolvidos no caso, sejam eles servidores públicos ou não.

Até o momento, ninguém foi preso pelas fraudes vinculadas ao INSS e não há horizonte de quando os envolvidos o serão e se os desvios serão reavidos na sua integralidade. Diante do quadro, a única condução evidente do governo foi se valer do dinheiro dos contribuintes para cobrir os valores descontados dos aposentados e pensionistas de forma indevida, mediante fraude executada por sindicatos e associações.

Para tanto, foi editada a MP 1306/2025 que abre crédito extraordinário ao Orçamento da União de R\$3,3 bilhões para ressarcir os aposentados e pensionistas que tiveram descontos fraudulentos em seus benefícios do INSS.

Mesmo diante das investigações, foi a pressão pública que fez com que o governo exonerasse o então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, afastado do cargo por ordem judicial, e o então ministro da previdência social, Carlos Lupi.

A luta para garantir uma investigação geral e irrestrita

A magnitude das fraudes cometidas contra aposentados e pensionistas do INSS somente foi possível diante da eclosão de denúncias e notícias que colocaram luz sobre a operação da PF e da CGU que investiga desvios de recursos e fraudes em descontos de benefícios previdenciários.

No entanto, mesmo diante do número crescente de descontos e dos sindicatos e associações com maiores indícios de envolvimento direto, não se viu nada de resultado concreto, com prisões e indiciamento de todos os envolvidos, sem distinção.



Assim, ainda em abril quando as fraudes ganharam as manchetes dos meios de comunicação, deputados da oposição chegaram a apresentar requerimento de instituição de CPI (RCP 2/2025), para apurar os fatos, assinado pelo Coronel Chrisóstomo (PL-RO), acompanhado por outros 184 deputados, sem o apoio de nenhum parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 12 de maio, a Deputada Coronel Fernanda e a Senadora Damares Alves, acompanhadas pelas subscrição de outros 222 deputados e 35 senadores, protocolaram o Requerimento (CN) nº 7 de 2025, de criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com a finalidade de investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Outros 34 parlamentares apresentaram requerimentos de subscrição, em atos posteriores. Passando ao largo do mínimo exigido de 171 deputados e 27 senadores, um terço da composição de cada Casa Legislativa.

No entanto, o requerimento somente foi lido pelo presidente do Congresso Nacional em 17 de junho, criando a CPMI e abrindo prazo para as bancadas e blocos partidários indicarem os membros que fariam parte do colegiado, com base no critério de proporcionalidade.

Passados mais de três meses, foi marcada a primeira reunião do colegiado para instauração de seus trabalhos, eleição de presidente e designação de relator. No retorno das atividades legislativas, com o compromisso do presidente do Congresso Nacional de instauração da CPMI, houve a indicação do Senador Omar Azis (PSD/AM) e do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO), para presidir e relatar os trabalhos da comissão, com indicações dos presidentes das respectivas Casas Alta e Baixa, respectivamente. Indicações que agradavam o governo Lula.

Na reunião de instalação, sob a presidência da Senadora Tereza Cristina (PP/MS), frente a apresentação de candidaturas à presidência, foi posto a voto o cargo da presidência do colegiado. Democraticamente, os membros do colegiado elegeram o senador Carlos Viana (Podemos-MG) por 17 votos a 14 do senador Omar Azis. Impondo uma derrota ao candidato da base governista. Eleito, o presidente designou o deputado Alfredo Gaspar (União-AL) para a relatoria.

A CPMI é formada por 15 senadores e 15 deputados, além de mais um integrante de cada Casa representando a Minoria.

A relevância da CPMI

A relevância da instauração de uma CPMI que possa promover uma investigação parlamentar, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no INSS, envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas, se justifica na apuração dos fatos e encaminhar ao Ministério Público o rol de envolvidos, sem distinções, para a promoção da responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Os desvios investigados são estimados em R\$6,3 bilhões, referentes ao período de 2019 até 2024, resultantes de um esquema de cobrança de mensalidades irregulares descontadas dos benefícios de aposentados e pensionistas sem autorização.

A oposição irá trabalhar para avançar nas convocações e quebras de sigilo, visando identificar e responsabilizar servidores, empresas e entidades acusadas de participação nos descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas.

Os dados já divulgados apontam que sindicatos e federações se beneficiaram com o aumento das associações credenciadas no INSS, principalmente após a perda de receitas com o imposto sindical.



"Nós estamos diante de um caso que desnuda a 'república sindical' brasileira. Porque é evidente que os sindicatos, principalmente as federações de sindicatos, quando sentiram que secou a fonte, do imposto obrigatório, correram para fazer associações, e essas associações se credenciaram no INSS. E nós estamos a ponto de descobrir esse mistério e de mostrar à sociedade, com transparência, a máfia que se incrustou em desfavor dos aposentados brasileiros".

Senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição.

A CPMI deverá apurar todos os fatos atrelados aos descontos ilegais em benefícios previdenciários, feitos sem autorização dos segurados, principalmente aposentados e pensionistas. Incluindo, principalmente, a atuação de associações fantasmas e sindicatos de fachada, que recebiam diretamente valores desviados dos pagamentos; possível envolvimento de servidores públicos e intermediários políticos na manutenção do esquema; contratos de publicidade e comunicação que teriam sido usados para blindar ou minimizar o impacto das denúncias; e o possível conhecimento e omissão de autoridades do governo diante das irregularidades.

Declaração do presidente da CPMI, deu o tom que deverá nortear os trabalhos do colegiado:



"O Brasil não pode aceitar que recursos destinados a quem mais precisa sejam desviados por criminosos. Nosso dever é claro: investigar, expor e levar os culpados à Justiça".

Senador Carlos Viana, senador (PODEMOS-MG)



Dentre os 857 requerimentos apresentados após a instauração dos trabalhos da CPMI, está o [REQ 34/2025](#), do senador Izalci Lucas (PL-DF), pela convocação de Frei Chico, irmão do presidente Lula e vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi), investigado na Operação Sem Desconto. Para que esclareça "o assombroso e inexplicável crescimento na arrecadação de sua entidade, que saltou de R\$23,3 milhões em 2020 para a cifra colossal de R\$154,7 milhões em 2024". Considerando, ainda, que o senhor José Ferreira da Silva (Frei Chico) não figura como "alvo direto" nas investigações da Polícia Federal, segundo justificativa do senador.

Para o deputado federal, Alfredo Gaspar (União-AL), indicado para relatoria da CPMI, o colegiado terá por foco a transparência e a responsabilização dos desvios.



"Esse roubo na conta dos aposentados e dos pensionistas tem que ter a devida responsabilização e nós temos que fechar as brechas para não permitir novos desvios."

Deputado Federal Alfredo Gaspar (União-AL)

"Estamos trabalhando com total transparência para que a CPMI do INSS seja efetiva, exponha os culpados e garanta justiça para os aposentados e para todo o povo brasileiro".

Senador Izalci Lucas (PL-DF)





“VITÓRIA! A OPOSIÇÃO VENCEU A ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CPMI DO INSS. Vamos em frente!

Cobro imparcialidade e transparência: a verdade precisa aparecer, sem cortinas de fumaça ou proteção a culpados. Nosso povo merece respeito, merece justiça e merece saber o que realmente acontece dentro do INSS. Não vamos permitir que encubram fraudes.

Luto para que a comissão exponha a verdade, doa a quem doer.

E vamos entoar o coro junto com os colegas do vídeo: “a roubalheira do PT tá acabando! Sua conduta, é imoral...”

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), no [X](#)

“Na CPMI do INSS, conseguimos emplacar o senador Carlos Viana como relator, um nome neutro, técnico e sem viés partidário.

Essa conquista é fundamental para garantir investigações sérias e imparciais sobre fraudes no INSS, que vêm prejudicando trabalhadores há muitos anos. Chega de esconder poeira embaixo do tapete”



Senador Jorge Seif (PL-SC), no [instagram](#)





MEIO AMBIENTE

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR
DE MELO
Vice-líder da oposição

Plano Clima do governo pune o agro, distorce dados e ignora o Congresso

O Plano Clima, apresentado como a grande estratégia brasileira de combate às mudanças climáticas, nasce marcado por distorções graves e injustiças evidentes. Ao mesmo tempo em que concede ao setor de energia a possibilidade de aumentar suas emissões, transfere ao agro a obrigação desproporcional de reduzir em até 54% os gases de efeito estufa, incluindo até áreas fora de sua responsabilidade, como assentamentos, terras públicas e comunidades tradicionais.

Contexto

O [Plano Clima](#), apresentado pelo governo como solução para guiar o Brasil no enfrentamento das mudanças climáticas até 2035, nasce com distorções profundas e injustiças gritantes.

No momento, o Plano Clima está em sua [5ª etapa de participação pública](#). Após a consulta inicial entre junho e setembro de 2024, e fases subsequentes focadas na Estratégia Nacional e Planos de Adaptação, o país



atravessa agora — de 28 de julho a 18 de agosto de 2025 — a segunda consulta sobre a Estratégia Nacional de Mitigação e os [Planos Setoriais de Mitigação](#).

O Plano, ao mesmo tempo em que concede ao setor de energia a possibilidade de aumentar suas emissões em até 44%, transfere ao setor agropecuário a obrigação desproporcional de reduzir em até 54% suas emissões. Mais grave ainda, o plano atribui ao agro emissões que não são de sua responsabilidade — como aquelas oriundas de assentamentos, glebas públicas e comunidades tradicionais — inflando artificialmente a carga do setor e enfraquecendo a credibilidade das metas. Tudo isso foi elaborado à revelia do Congresso Nacional, em flagrante desrespeito à legitimidade democrática.

1. O peso estratégico do agro

O agronegócio brasileiro é o motor da economia nacional. Em 2023, movimentou **R\$ 2,58 trilhões**, o equivalente a **23,8% do PIB** do país, além de responder por quase **50% das exportações brasileiras**, somando mais de **US\$ 166 bilhões**. Sua importância vai além da macroeconomia: o setor é responsável por empregar diretamente **19% da população economicamente ativa** e, considerando toda a cadeia produtiva (agroindústria e agrosserviços), chega a sustentar **26,9% da população ocupada**, ou seja, mais de **28 milhões de trabalhadores brasileiros**.

O agro não é apenas uma engrenagem econômica, mas também social e estratégica. É a base da segurança alimentar, garante divisas fundamentais para a balança comercial e sustenta milhões de famílias em todo o território nacional. Colocar este setor como “vilão climático”, como faz o Plano Clima, significa atacar justamente o alicerce que sustenta a economia e a soberania alimentar do Brasil.

2. O agro como vítima das mudanças do clima

O setor agropecuário já é um dos mais afetados pelos impactos da mudança do clima. Entre 2013 e 2022, secas, enchentes e extremos climáticos provocaram **perdas superiores a R\$ 260 bilhões**, comprometendo a produção e elevando os preços dos alimentos. Somente em 2022, os prejuízos chegaram a **R\$ 57,4 bilhões**, dos quais quase 80% resultaram de estiagens severas que atingiram em cheio as lavouras de soja, trigo, feijão e milho no Sul do país. Grande parte dessas perdas sequer estava segurada, revelando a vulnerabilidade do setor diante de eventos climáticos cada vez mais intensos.

Além das perdas financeiras, há um conjunto de **riscos estruturais** que fragilizam o agro: degradação de pastagens, avanço da desertificação, escassez de água para irrigação e dessedentação animal, aumento de pragas e doenças, perda de qualidade nutricional dos alimentos e até risco de inviabilização de cadeias produtivas inteiras em determinadas regiões. Estima-se que mais de **64% dos municípios brasileiros já apresentam vulnerabilidade média à seca**, com tendência de agravamento até 2030.

Tabela. Quadro comparativo – Riscos reais x Obrigações do Plano Clima:

Riscos e Vulnerabilidades Reais do Agro (doc. setorial)	Obrigações do Plano Clima (briefing inicial)	Contraste/Injustiça
R1 – Queda de produção e produtividade por secas, enchentes e extremos de temperatura	Corte de até 54% das emissões do agro até 2035	Setor já sofre perdas bilionárias e instabilidade — mas ainda é forçado a assumir a maior meta de corte, sem apoio proporcional.
R2 – Inviabilização de cadeias produtivas (hortaliças, fruticultura, até soja/trigo em certas regiões)	Atribuição de emissões de desmatamento fora do controle do agro (assentamentos, glebas públicas, comunidades tradicionais)	Enquanto algumas cadeias correm risco de desaparecer, o governo infla artificialmente a responsabilidade climática do agro.
R3 – Aumento de doenças e pragas (ferrugem asiática, cigarrinha, monilíase)	Ignora remoções de carbono em APPs, RLs, biocombustíveis e bioinsumos	Ao invés de valorizar práticas sustentáveis e custos extras com sanidade, o plano apaga benefícios e só contabiliza ônus .
R4 – Degradação de pastagens , com êxodo rural e mortalidade animal	Redução da “supressão legal” de vegetação sem incentivos nem compensações	Produtor cumpre a lei, mas ainda é punido com novas restrições — em meio a pastagens já em risco climático.
R5 – Perda de qualidade nutricional dos alimentos (hortifrúti afetados em DF, SP, MG)	Uso de dados não oficiais (MapBiomias) e modelo BLUES não auditável para definir metas	Enquanto consumidores sofrem com inflação alimentar, metas se baseiam em dados frágeis e não auditáveis .
R6 – Perda do patrimônio genético (sementes crioulas)	Exclusão do Congresso na deliberação	A proteção da biodiversidade exige políticas sérias; ao invés disso, o governo impõe decisões sem respaldo democrático .
R7 – Escassez de água para irrigação e dessedentação	Metas de mitigação descoladas da realidade de vulnerabilidade hídrica	O agro sofre com insegurança hídrica, mas é cobrado como se tivesse plenas condições de cumprir cortes drásticos.

Fonte: Observatório da Oposição.

Ou seja, o agro é, antes de tudo, **vítima real da mudança do clima**, arcando com prejuízos bilionários, ameaças à produtividade e riscos sociais como êxodo rural e insegurança alimentar. Ignorar essa realidade, como faz o Plano Clima ao impor responsabilidades desproporcionais, é inverter a lógica: quem mais sofre com o problema é tratado como culpado.

3. O que já está sendo feito: políticas e metas de adaptação

Longe de se omitir, o setor agropecuário brasileiro já possui um conjunto robusto de políticas públicas, metas e programas voltados à adaptação climática. Essas iniciativas, muitas delas reconhecidas internacionalmente, mostram que o agro é parte da solução, e não o problema.

Entre as principais metas oficiais estabelecidas para o setor, destacam-se:

- **M1:** Aumento de **10% ao ano** no crédito rural destinado à resiliência até 2035, por meio de linhas como RenovAgro, Moderagro, Proirriga e Inovagro.
- **M2:** Expansão da rede de **monitoramento meteorológico** e criação de sistemas de alerta climático acessíveis a todos os produtores.
- **M3:** Ampliação dos recursos do **Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)** até 2032, tornando o seguro mais acessível e abrangente.
- **M4:** Aprimoramento do **Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC)**, com atualização de dados climáticos e elaboração do **ZARC Pecuária** para todos os biomas.
- **M5:** Expansão de **72,68 milhões de hectares** com práticas sustentáveis do Plano ABC+, incluindo recuperação de 30 milhões ha de pastagens degradadas, 12,58 milhões ha de plantio direto, 10 milhões ha de sistemas integrados (ILPF), além de irrigação sustentável, bioinsumos e florestas plantadas.
- **M6:** Elevação do desempenho produtivo em sistemas agropecuários e aquícolas resilientes até 2035, com uso de irrigação sustentável, aquicultura de precisão e inventário nacional de solos.
- **M7:** Ampliação dos recursos destinados à **pesquisa, inovação e transferência de tecnologia**, com destaque para cultivares adaptadas à seca e tecnologias de eficiência hídrica.
- **M8:** Fortalecimento da diversidade genética de culturas e raças, com apoio à recuperação de APPs, RLs e uso de sementes resistentes a pragas e estresse climático.

Essas metas revelam um plano estruturado, quantificável e auditável, que se apoia em políticas públicas consolidadas como o Plano ABC+, o ZARC, o PSR e o PNCPD. São compromissos que já vêm sendo implementados pelo setor, com resultados concretos na redução de emissões, no aumento da resiliência e na preservação ambiental.

Tabela. Metas de Adaptação do Agro (M1–M8) x Omissões do Plano Clima:

Meta (Plano Setorial)	Objetivo oficial	O que já existe / em execução	Como o Plano Clima ignora ou distorce
M1 – Crédito (+10%/ano até 2035)	Financiar resiliência via RenovAgro, Moderagro, Proirriga, Inovagro	Programas já no Plano Safra, com linhas específicas para sustentabilidade	O Plano Clima não reconhece essa expansão e finge que o agro não dispõe de crédito climático estruturado.
M2 – Monitoramento e alertas climáticos	Expandir estações meteorológicas e rede de alertas	INMET já em expansão, cooperação com Embrapa e estados	Plano Clima prefere usar bases paralelas (MapBiomass/BLUES) em vez de fortalecer a rede oficial e auditável.
M3 – Seguro Rural (PSR)	Ampliar subvenção até 2032	PSR já é política consolidada, com aumento de recursos nos últimos anos	O Plano Clima ignora a função do seguro rural na mitigação de riscos climáticos e transfere todo ônus ao produtor.
M4 – Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC)	Atualizar série climática, incorporar manejo e criar ZARC Pecuária	Ferramenta oficial usada há décadas em crédito, seguro e políticas agrícolas	O governo minimiza o ZARC e prefere modelos externos, questionáveis e não auditáveis (BLUES), tirando respaldo técnico do setor.
M5 – 72,68 mi ha adaptados (ABC+)	Expansão de ILPF, SAF, plantio direto, irrigação, bioinsumos, recuperação de pastagens	ABC+ já em curso, com metas claras e monitoramento pelo MAPA	O Plano Clima não contabiliza essas remoções privadas e ganhos de eficiência , distorcendo o balanço de emissões.
M6 – Produtividade resiliente	Elevar produção agrícola e aquícola em bases sustentáveis	Integração de irrigação sustentável, aquíicultura de precisão, inventário de solos	Plano Clima ignora ganhos de produtividade e só contabiliza emissões brutas, sem considerar eficiência crescente do agro.
M7 – P&D e inovação	Ampliar recursos para pesquisa, cultivares adaptadas e tecnologias de irrigação	Embrapa e MAPA já atuam, com cooperação internacional	No Plano Clima, há subestimação da ciência nacional , trocada por consultorias/modelos externos sem base oficial.
M8 – Diversidade genética	Ampliar base genética adaptada, apoiar APPs/RLs e sementes resistentes	Embrapa, bancos de germoplasma, PRA (Código Florestal)	O Plano Clima ignora esforços de conservação privada e das próprias APPs/RLs, não reconhecendo serviços ambientais já prestados.

Fonte: Observatório da Oposição.

O paradoxo é que, em vez de valorizar e integrar esses esforços, o Plano Clima do governo escolhe ignorá-los, criando uma narrativa que criminaliza o agro e esconde sua contribuição efetiva para a agenda climática.

4. A distorção do Plano Clima

O contraste entre o que o agro já realiza e o que o Plano Clima impõe não poderia ser mais evidente. Enquanto o setor investe em crédito, seguro, zoneamento, inovação, recuperação de pastagens e tecnologias sustentáveis, o governo centraliza a narrativa em cima de metas irreais e punitivas.

O Plano Clima exige do agro a redução de **54% das emissões**, mas ao mesmo tempo permite que o setor de energia aumente suas emissões em até **44%**. Além disso, infla artificialmente a responsabilidade rural ao atribuir ao setor emissões que não são de sua competência, como as que ocorrem em assentamentos da reforma agrária, glebas públicas e territórios tradicionais. Para agravar, ignora completamente as **remoções de carbono feitas em APPs, RLs, sistemas produtivos sustentáveis, biocombustíveis e bioinsumos**, distorcendo o balanço real.

A contradição fica ainda mais clara quando se observam as metas já existentes (M1–M8): enquanto o Plano Setorial trabalha com números auditáveis, cronogramas definidos e políticas públicas consolidadas, o Plano Clima simplesmente desconsidera esses avanços, optando por dados frágeis e não auditáveis, como MapBiomas e BLUES. É a inversão da lógica: o que é sólido e transparente é negligenciado; o que é questionável e opaco é elevado a base oficial.

Esse descompasso não é apenas técnico. Ele é político e ideológico. O resultado é um plano que não fortalece quem já faz, mas pune, criminaliza e deslegitima o setor que mais investe em adaptação e mitigação climática no Brasil.

5. Dados e modelos opacos

As metas do Plano Clima se apoiam em bases frágeis, utilizando como referência o **MapBiomas**, um projeto não oficial e com limitações metodológicas, e o modelo **BLUES**, que não é auditável de forma independente. Esses instrumentos, embora úteis em estudos acadêmicos, não possuem o rigor e a legitimidade necessários para embasar compromissos internacionais.

Ao ignorar dados oficiais consolidados — como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), os indicadores do Plano ABC+ ou as séries do INMET e da Embrapa — o governo fragiliza a credibilidade do Brasil perante a comunidade internacional. Comprometer-se em metas climáticas usando informações não verificáveis é abrir espaço para questionamentos externos, riscos de sanções comerciais e perda de competitividade dos nossos produtos no mercado global.

Mais grave ainda, ao priorizar modelos externos e pouco transparentes, o Plano Clima **rebaixa a ciência nacional** e desconsidera o sistema de monitoramento e avaliação já existente no setor. O resultado é um cenário de insegurança, em que o esforço real do produtor brasileiro não é reconhecido, e a imagem do país como potência agroambiental fica manchada.

6. O bypass ao Congresso

A exclusão do Congresso Nacional do processo de construção e validação do Plano Clima compromete a legitimidade política e social do documento. O **Decreto nº 9.073/2017**, que promulgou o Acordo de Paris no Brasil, deixou claro que os desdobramentos nacionais desse compromisso internacional deveriam contar com a participação efetiva do Legislativo. O Congresso, como representante da sociedade, tem o dever de deliberar sobre compromissos que impactam diretamente o patrimônio nacional e setores estratégicos da economia.



“Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição.”

Decreto Nº 9.073/2017.

Ignorar o papel do Parlamento é ferir a Constituição e o equilíbrio democrático. Ao centralizar decisões em gabinetes fechados, o governo retira do processo a legitimidade que só a representação popular pode conferir. A ausência do Congresso enfraquece o respaldo político do Plano e abre espaço para contestação judicial e política de suas metas e compromissos.



Conclusão

O Brasil pode e deve liderar a agenda climática mundial, mas não à custa de quem produz com responsabilidade. O Plano Clima, da forma como foi desenhado, pune o agro, desconsidera quem preserva, distorce dados e ignora o Congresso.

A [Nota à Imprensa](#) divulgada pelo MMA em 20 de agosto de 2025 apenas reforça o problema. O texto tenta apresentar o Plano Clima como um “esforço coletivo do Estado brasileiro”, com 25 ministérios envolvidos e suposta coordenação interministerial. No entanto, esse discurso não resiste à realidade: por trás da retórica de transversalidade, esconde-se uma arquitetura centralizada que concentra poder em Brasília e ignora a legitimidade do Parlamento e a transparência de dados. O documento afirma que as emissões foram redistribuídas de forma setorial a partir do Inventário Nacional, mas a prática mostra o contrário: no agro, responsabilidades são infladas com emissões de áreas que não pertencem ao produtor rural, enquanto as remoções e práticas sustentáveis já em curso são tratadas com “cautela excessiva” ou deixadas para um futuro incerto.

A nota ainda reconhece que a contabilização das remoções pelo setor será aperfeiçoada “nos próximos inventários”, ou seja, admite explicitamente que o Plano Clima foi lançado sem considerar plenamente a contribuição positiva do agro. Mais grave: promete instrumentos de incentivo que até agora não existem, evidenciando que o governo cobra metas pesadas sem oferecer contrapartidas concretas.

Portanto, a posição oficial do MMA não corrige os desequilíbrios do Plano Clima — apenas confirma sua essência: um plano punitivo, construído sobre dados frágeis e conduzido sem respeito à democracia representativa. Para que o Brasil lidere de fato a agenda climática, é preciso transparência, governança legítima e valorização de quem já faz: o produtor rural, que deve ser reconhecido como parte da solução, e não transformado em bode expiatório de narrativas políticas.

Nesse cenário, o documento elaborado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), intitulado [Plano Clima briefing & narrativas](#), cumpre papel estratégico. Seu objetivo é municiar os parlamentares do agro com informações claras, argumentos consistentes e dados técnicos para rebater as distorções do Plano Clima. Mais do que um material de apoio, trata-se de uma ferramenta de mobilização política, essencial para garantir que a voz do setor produtivo ecoe no Congresso e que o debate climático seja equilibrado, justo e transparente.

4 DEFESA NACIONAL

Brasil troca cooperação militar por isolamento ideológico

Trump cancela participação de militares norte-americanos em eventos militares conjuntos com as forças armadas brasileiras, principalmente pelo posicionamento ideológico do presidente Lula nos últimos capítulos da relação histórica de cooperação militar e de combate ao crime transnacional entre Brasil e Estados Unidos.

Os cancelamentos recentes das participações dos Estados Unidos em exercícios militares conjuntos com as Forças Armadas brasileiras não podem ser interpretados apenas como atos burocráticos ou circunstâncias isoladas do calendário da defesa norte-americana. Trata-se, em essência, de gestos políticos carregados de significados, simbolizando a deterioração de uma relação histórica construída com muito esforço ao longo de quase um século, entre os países.

Desde a Segunda Guerra Mundial, quando tropas brasileiras lutaram ao lado dos norte-americanos na Itália, até as mais recentes iniciativas de cooperação em áreas como tecnologia militar, treinamento e intercâmbio estratégico, os Estados Unidos sempre se colocaram como o principal





parceiro militar do Brasil. A decisão de Donald Trump de afastar suas tropas de exercícios conjuntos com uma “nação amiga”, portanto, é um claro recado de desconfiança diante da condução ideológica que o governo Lula imprime à política externa e de defesa.

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR
DE MELO
Vice-líder da oposição

E esse movimento não aconteceu “por acaso”. Durante audiência na Câmara dos Deputados na última quarta-feira (20 de agosto), Celso Amorim, assessor especial de Lula e figura de influência decisiva no Palácio do Planalto, manifestou “preocupação” com a presença militar norte-americana próximo à Venezuela. Tal declaração não é neutra, mas profundamente política, pois revela uma tentativa de se alinhar ao discurso bolivariano, historicamente hostil à presença dos Estados Unidos na região. Ao reproduzir a retórica chavista e madurista, Amorim não apenas ecoa a narrativa de regimes autoritários, mas também expõe o Brasil a um afastamento voluntário de seu aliado mais relevante no campo da segurança hemisférica.

É importante ressaltar que a Venezuela, “sob as garras” de Nicolás Maduro, não é apenas um vizinho problemático, mas um epicentro de instabilidade na América do Sul. A ditadura venezuelana é comprovadamente violadora sistemática de direitos humanos, persegue seus opositores implacavelmente, destrói e aparelha todas as instituições do país e, garante o “bom funcionamento” de cartéis locais, bem como demais atividades criminosas transnacionais.

Relatórios internacionais apontam conexões do regime com grupos terroristas do Oriente Médio, como o Hezbollah, e com cartéis de drogas que utilizam o território venezuelano como corredor de tráfico de drogas. Receber Maduro em Brasília, em maio de 2023, com honras de chefe de Estado e aproximar-se de seu regime não é apenas uma demonstração de afinidade ideológica, mas uma escolha política que Lula fez. O cenário não mudou nos últimos dois anos. Lula, sempre que surge alguma oportunidade,

demonstra solidariedade a um de seus caudilhos favoritos, comprometendo a imagem internacional do Brasil.

Nesse contexto, soa absolutamente incoerente a alegação do governo brasileiro de que a presença militar dos EUA próximo à Venezuela representa uma ameaça à estabilidade regional. Na prática, são justamente as ações de contenção dos Estados Unidos que impedem que o regime de Maduro, amparado por organizações criminosas e por potências extrarregionais como Rússia e Irã, amplie ainda mais seu raio de influência. O discurso de Lula e Amorim, nesse sentido, revela uma inversão de valores: tratam como ameaça o país que combate o crime organizado, e tratam como aliado o regime que o fomenta.

O governo norte-americano tem uma visão clara e consistente de que o combate ao terrorismo e ao crime organizado é prioridade absoluta para sua segurança nacional e defesa. Essa política inclui não apenas grupos radicais islâmicos, mas também organizações criminosas que desestabilizam países latino-americanos. Para os EUA, o narcotráfico e as facções criminosas representam uma ameaça equivalente ao terrorismo, pois financiam redes ilícitas, corrompem instituições e provocam caos social. É nesse ponto que se evidencia a falha do governo brasileiro: enquanto os norte-americanos elevam o combate ao crime organizado ao patamar de política estratégica de Estado, Lula se recusa a enxergar a gravidade da ameaça representada por facções como o PCC e o Comando Vermelho.

A recusa do governo brasileiro em classificar essas facções como organizações terroristas é um dos maiores equívocos políticos da atual gestão. Tanto o Primeiro Comando da Capital quanto o Comando Vermelho já ultrapassaram há muito tempo o status de meros grupos criminosos locais. Eles controlam rotas internacionais de drogas, financiam lavagem de dinheiro em diferentes países, corrompem autoridades públicas e têm influência em vários sistemas prisionais da América do Sul. Sua dimensão é nitidamente transnacional, o que justificaria plenamente sua inclusão em listas internacionais de organizações terroristas.

A falta de disposição do governo Lula em dar esse passo não pode ser vista como simples descuido. Ela representa uma decisão política consciente de não ampliar a cooperação com países que adotam uma política dura contra o crime organizado. Esse posicionamento fragiliza o combate interno às facções e impede que o Brasil acesse ferramentas internacionais de rastreamento financeiro, inteligência compartilhada e operações conjuntas que poderiam sufocar esses grupos. Na prática, o governo opta por deixar as facções crescerem, sob o argumento de não criminalizar ainda mais

determinadas camadas sociais, quando, na verdade, se trata de uma complacência perigosa.

A postura dos Estados Unidos, especialmente durante o governo Trump, mas também mantida sob administrações anteriores, contrasta de forma gritante com a do Brasil. Os norte-americanos entenderam que o crime organizado e o terrorismo são faces da mesma moeda. Ambos corroem a ordem institucional, financiam atividades ilícitas e representam ameaças diretas à soberania dos Estados. Essa leitura pragmática é fundamental em um mundo globalizado, onde cartéis, facções e grupos terroristas se interconectam. Ignorar essa realidade, como faz Lula, é condenar o Brasil ao atraso estratégico.

O afastamento do Brasil dessa agenda é interpretado no exterior como um sinal de que o país não está disposto a se comprometer de forma séria com o combate a ameaças globais. Isso gera desconfiança entre aliados históricos e abre espaço para que o Brasil seja associado a regimes permissivos ou coniventes com o crime organizado. Essa imagem negativa compromete a credibilidade diplomática brasileira e enfraquece sua capacidade de negociar em fóruns internacionais de segurança.

A decisão norte-americana de cancelar sua participação em exercícios militares conjuntos não é, portanto, um ato trivial, mas um recado político claro. Trata-se de uma forma de dizer que, sob Lula, o Brasil não é um parceiro confiável. Essa percepção é profundamente danosa, pois a cooperação militar com os EUA sempre representou um fator decisivo para a modernização das Forças Armadas brasileiras, seja no acesso a novas tecnologias, seja na troca de informações de inteligência. Vale ressaltar que não existe qualquer cooperação no campo militar relevante atualmente e no passado recente entre as Forças Armadas brasileiras e as Forças Armadas venezuelanas.

A longo prazo, o afastamento militar em curso entre o Brasil e os Estados Unidos pode significar a exclusão do país de iniciativas multilaterais de defesa hemisférica, como as operações conjuntas contra o narcotráfico ou a participação em programas de interoperabilidade militar. Para um país que almeja liderança regional, ser excluído dessas iniciativas equivale a perder protagonismo e se reduzir a um papel secundário, limitado a alianças com regimes de reputação duvidosa.

O impacto desse distanciamento também se fará sentir no campo tecnológico. Os EUA são líderes em defesa cibernética, sistemas de satélites, aviação militar e equipamentos de última geração. Sem o acesso a esse tipo de cooperação, o Brasil ficará isolado tecnologicamente, reduzido

a depender de soluções caras e limitadas, muitas vezes oferecidas por países com interesses obscuros, como Rússia e China. Essa dependência compromete a autonomia real das Forças Armadas brasileiras.

É falacioso o discurso do governo Lula de que afastar-se dos EUA seria uma forma de proteger a soberania nacional. A verdadeira soberania não se constrói no isolamento, mas sim no fortalecimento de alianças que garantam ao país condições de enfrentar ameaças externas e internas. Ao rejeitar a cooperação com os Estados Unidos, o Brasil não reforça sua soberania, mas a enfraquece, pois se torna vulnerável ao avanço do crime organizado e ao domínio tecnológico de potências estrangeiras.

Além disso, a soberania é comprometida quando facções criminosas passam a controlar territórios, impor leis paralelas e desafiar diretamente a autoridade do Estado. Esse é o caso do PCC e do Comando Vermelho, que já exercem poder de fato em diversas regiões do país. Negar o caráter terrorista dessas facções é, em última análise, uma forma de capitulação, uma aceitação tácita de que o Estado não tem capacidade de enfrentá-las.

Ao longo da história, a relação Brasil-EUA produziu resultados concretos no campo militar e tecnológico. Foi essa parceria que permitiu avanços em áreas como aviação, satélites, cooperação espacial e treinamento militar de alta complexidade. Romper ou enfraquecer esse vínculo por razões ideológicas não é apenas um retrocesso, mas um erro estratégico que compromete décadas de progresso.





MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

O gesto de Lula em abraçar Nicolás Maduro, relativizar os crimes de seu regime e criticar a presença dos EUA na região é altamente simbólico. Mostra ao mundo que o atual governo prefere caminhar lado a lado com ditadores e regimes falidos do que manter uma postura firme de defesa da democracia e da segurança regional. Esse simbolismo não passa despercebido nos fóruns internacionais e afeta diretamente a credibilidade do Brasil.

Ao se posicionar contra a presença militar norte-americana próximo à Venezuela, Lula se coloca, objetivamente, ao lado de Maduro. Não se trata de neutralidade ou independência, mas de uma escolha política clara: estar ao lado do regime bolivariano contra os interesses de uma democracia consolidada como os Estados Unidos. Essa escolha terá consequências, pois define com quem o Brasil deseja ser identificado no cenário internacional.

Essa identificação tem implicações graves. O Brasil passa a ser visto como país disposto a tolerar o crime organizado e a instabilidade regional em nome de uma afinidade ideológica ultrapassada. Isso compromete sua capacidade de liderança na América do Sul, uma vez que outros países da região, preocupados com a segurança e a estabilidade, tendem a buscar apoio em parceiros mais confiáveis.

O afastamento dos EUA também compromete a cooperação em inteligência, que é vital para o combate ao narcotráfico e às redes criminosas transnacionais. Sem esse intercâmbio, o Brasil terá menos acesso a informações cruciais para desarticular rotas de drogas, identificar líderes criminosos e monitorar conexões internacionais das facções. Isso significa, em termos práticos, deixar o crime organizado atuar com maior liberdade.

A consequência direta dessa postura é o fortalecimento das facções criminosas internas, que continuarão expandindo seu poder econômico e territorial. O PCC e o Comando Vermelho, sem o risco de serem classificados como terroristas, poderão ampliar seus negócios internacionais, consolidar parcerias com cartéis estrangeiros e atuar com ainda mais ousadia. O governo Lula, ao se omitir, torna-se cúmplice indireto desse avanço.

A permanência desse cenário tende a transformar o Brasil em epicentro do crime organizado no continente, com impactos devastadores em várias esferas. A violência urbana aumentará, o tráfico de drogas e armas continuará a financiar atividades ilícitas, e a corrupção das instituições será ainda mais profunda. A médio e longo prazo, o país corre o risco de perder o controle de parcelas de seu território para grupos criminosos.

Em vez de combater essa ameaça, Lula insiste em um discurso antiquado, de viés ideológico, que coloca os EUA como vilões e ditaduras regionais como aliados. Essa visão distorcida é típica da Guerra Fria e ignora completamente a complexidade do mundo atual, no qual o verdadeiro inimigo são organizações criminosas globais que operam acima das fronteiras e corroem as democracias por dentro.

O pragmatismo deveria guiar a política externa brasileira. É fundamental compreender que alianças estratégicas não são uma questão de simpatia ideológica, mas de interesse nacional. A parceria com os Estados Unidos não significa submissão, mas cooperação entre países que compartilham ameaças comuns. Negar isso é comprometer a própria segurança.

As consequências da escolha ideológica de Lula já estão sendo sentidas. O Brasil perde credibilidade perante seus aliados, isola-se em iniciativas internacionais de segurança e fortalece regimes que representam ameaça à estabilidade regional. Ao mesmo tempo, o crime organizado interno se beneficia da omissão e continua a expandir seus tentáculos.

Ao se afastar militarmente e estrategicamente dos Estados Unidos, Lula não apenas compromete a segurança do país, mas também fragiliza sua posição internacional, fortalece ditaduras bolivarianas e concede espaço para que facções criminosas atuem sem restrições. Essa postura coloca em risco a soberania nacional e ameaça diretamente a segurança da população brasileira, já refém da criminalidade.

O Brasil precisa urgentemente rever sua estratégia e reafirmar a parceria histórica com os Estados Unidos, adotando uma postura firme contra facções criminosas e regimes autoritários que as apoiam. Somente assim poderá garantir segurança interna, estabilidade regional e respeito internacional. O contrário — o caminho escolhido por Lula — conduz ao isolamento, à vulnerabilidade e ao enfraquecimento da soberania nacional, deixando o país refém de suas próprias escolhas ideológicas equivocadas.

